

9 Outubro - Dia Internacional para a Redução dos Desastres Naturais

Alerta e reflexão...

Por Paulo Gil Martins

Professor Especialista do ISEC Lisboa

Coordenador da Licenciatura de Engenharia de Proteção Civil

O Dia Internacional para a Redução dos Desastres Naturais, foi instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, e celebra-se anualmente na segunda quarta-feira de Outubro.

“A história da humanidade, para além da epopeia de progresso que conduziu às sociedades modernas, é também uma longa sucessão de fracassos frente a catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, que causaram um rol de vítimas e destruições incalculáveis.

Muito da ansiedade, que hoje perdura, tem origem num sentimento de impotência face às manifestações catastróficas, cuja origem e compreensão permanecem, de certo modo, inacessíveis à razão humana”, diz “António Magalhães” numa sua publicação sobre desastres naturais.

O Mundo de hoje caracteriza-se pela cada vez maior elevação do conhecimento, onde a informação circula em tempo real, a importância da opinião pública é crescente e onde cenários de pressupostas crises nos são repetidas vezes transmitidos pelos media, em doses massivas de “informação”.

Explosões, acidentes ferroviários, marítimos, aéreos ou de tráfego, agressões ao ambiente, incêndios, ameaças nucleares, radiológicas, biológicas ou químicas, terrorismo, situações meteorológicas adversas, cheias, sismos ou tsunamis, tomam uma amplitude cada vez mais preocupante.

Sabemos que a proteção e o socorro dos cidadãos são transversais e não conhecem limites geográficos. Sabemos também que quando o cidadão precisa de socorro a resposta tem de ser imediata. Sabemos que em cada resposta operacional, palavras como planeamento, cooperação, coordenação e informação são imperativos de sucesso.

Minimizar as vulnerabilidades e potenciar as capacidades de resposta, no sentido de garantir o bem-estar da população e a segurança do País, é o grande desafio.

A população aspira a maior segurança. Esta exigência não visa exclusivamente os riscos naturais mas outra tipologia de riscos onde se destacam os alimentares, os genéticos, os sanitários ou os ligados aos acidentes, aos incêndios ou ao terrorismo.

No entanto é bom não esquecer, que é a própria sociedade que tem contribuído de forma decisiva para o aparecimento destes riscos e ameaças que ela própria gerou.

Explosões, descarrilamentos, acidentes aéreos e de tráfego, agressões ao ambiente, incêndios, ameaças biológicas, radiológicas ou químicas, tomam uma amplitude cada vez mais preocupante.

Mas também os desastres naturais cada vez mais devastadores, mais repentinos e com períodos de retorno menos alargados.

A mãe natureza é uma progenitora que abusa de nós. Fustiga-nos imprevisivelmente e nunca se sabe donde vêm os golpes. O solo pode encrespar-se como o oceano, a rocha flamejante e o gás podem explodir das montanhas e os mares dilacerarem a terra.

Mudanças repentinas no nível dos oceanos, na composição da atmosfera, na temperatura da Terra e os padrões das estações podem e têm exterminado todas as espécies, excepto as mais resistentes, ou as mais afortunadas...

Durante o século XX, os progressos científicos e tecnológicos permitiram-nos compreender muito melhor como as forças naturais sustentam e destroem os ambientes terrenos.

Sabemos agora que certas zonas do planeta são mais propensas a desastres, assim como também temos adquirido uma capacidade limitada para os prever, e um poder, muito limitado, para diminuir as suas consequências.

Todavia, continuaremos a cometer erros, sendo um dos mais graves acreditarmos que a nossa compreensão da Natureza e o poder para a modificar é maior do que na realidade é.

Neste momento, a investigação científica já nos fez perceber que, num passado distante, a Terra foi assolada por forças naturais muitíssimo mais destruidoras do que as que os seres humanos enfrentaram até hoje.

Também numa publicação sobre desastres naturais “Lesley Newson” refere que: “embora tenhamos causado – e ainda estejamos a causar – importantíssimas alterações no mundo natural, não há nenhum perigo concreto de destruímos a Natureza em si... a seu tempo, tratará ela de nos destruir a nós...”

Os desastres e as catástrofes naturais são assim um dos principais e futuros desafios do sistema de protecção civil.

O grau relativo de imprevisibilidade, quer quanto ao local onde poderão acontecer, quer quanto ao impacto que produzirão, faz deste tipo de eventos uma preocupação permanente e diária dos serviços que têm como missão a prevenção dos riscos e a protecção das pessoas, do património e do ambiente.

Se tempos houve em que se considerou, de uma forma empírica, que as sociedades modernas estavam mais resguardadas destas catástrofes, episódios recentes vieram demonstrar o contrário. O Tsunami do Sudoeste Asiático em Dezembro de 2004, o furacão Katrina que assolou Nova Orleães em 2005 e o sismo de Sichuan na China, em Maio de 2008 são alguns dos exemplos e das provas de que as forças da natureza não escolhem data, nem hora, nem local para revelar o seu poder.

O crescimento exponencial das sociedades, muitas vezes descomedido e até autista face às regras do planeamento, do ordenamento do território e do conhecimento profundo já consolidado face aos riscos, veio transformar muitas zonas do globo em autênticas bombas relógio, tornando-nos seguramente muito mais vulneráveis.

A apatia de grande parte da população, que não considera importante prevenir-se contra as emergências, porque não está nos seus hábitos, porque os reputa de acontecimentos improváveis, que só acontecem aos outros e em relação aos quais atribui obrigação exclusiva ao Estado assumir providências, é também fator de grande preocupação.

Reformar o papel que os cidadãos atribuem a si próprios e incentivá-los a tomarem medidas de prevenção e de autoproteção, torna-se fator crítico de sucesso.

Não é possível garantir a segurança dos cidadãos, sem o seu esforço concertado e sem que adotem individual e coletivamente, atitudes e comportamentos fundados na tomada de consciência sobre os riscos existentes e da necessidade de os prevenirem.

Cada cidadão deve ser um participante ativo da sua segurança e capaz de participar na organização coletiva de resposta às emergências.

“Entre o passado onde descansam as nossas boas memórias e desgostos...

E o futuro para onde se encaminham as nossas expectativas e incertezas...

Ergue-se o presente onde se estabelece a nossa existência que determina o futuro...”

“Construímos hoje, com a influência do que fomos ontem, o que seremos amanhã...”

Paulo Gil Martins

ISEC, 2013